

REESTRUTURAÇÃO URBANA: processos, desafios e a influência dos agentes sociais na configuração do espaço urbano

Luara Martins de Oliva Santos

Doutoranda em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil¹
luaramartinsoliva@gmail.com

Vitor Ribeiro Filho

Doutor em Geografia, Docente da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais,
Brasil¹
ribeirofilho.vitor@gmail.com

Juliano Henrique Xavier Cavalcanti

Doutorando em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil¹
julianocavalcanti14@gmail.com

RESUMO: A reestruturação urbana envolve transformações na organização e no funcionamento das cidades. No Brasil, essa reestruturação foi marcada pela incorporação de uma matriz industrial em declínio e a implementação de novos arranjos tecnológicos. Nesse contexto, a globalização e o meio técnico-científico-informacional redefiniram os fluxos urbanos, destacando a atuação de diversos agentes na produção do espaço e, consequentemente, culminando em uma gama de processos espaciais que se desenvolvem e remodelam as áreas urbanas, como a segregação socioespacial, a fragmentação, invasão-sucessão e inércia. Considerando a importância de investigar como a reestruturação urbana acontece no contexto brasileiro, realizou-se uma análise ampla acerca dessa temática. Assim, o presente trabalho teve como principal objetivo efetuar uma revisão de estudos produzidos por intelectuais relacionados à temática, buscando interpretar como os processos espaciais se articulam, são fruto da atuação dos diversos agentes sociais, especialmente do Estado, e como a sociedade brasileira, por meio de movimentos sociais de luta urbana, se organiza para fazer pressão social e alcançar melhorias em áreas negligenciadas.

Palavras-chave: Reestruturação urbana; Processos espaciais; Espaço urbano.

URBAN RESTRUCTURING: processes, challenges, and the Influence of social agents on the configuration of urban space

ABSTRACT: Urban Restructuring involves transformations in the organization and functioning of cities. In Brazil, this restructuring has been marked by the incorporation of a declining industrial matrix and the implementation of new technological arrangements. In this context, globalization and the technical-scientific-informational environment have redefined urban flows, highlighting the role of various agents in the production of space. Consequently, this has led to a range of spatial processes that develop and reshape urban areas, such as socio-spatial segregation, fragmentation, invasion-succession, and inertia. Given the importance of investigating how urban restructuring occurs in the Brazilian context, a broad analysis was carried out on this topic. Thus, the main objective of this work is to review studies produced by scholars related to the theme, seeking to interpret how spatial processes are articulated, how they result from the actions of various social agents, especially the State, and how Brazilian society, through urban social movements, organizes itself to exert social pressure and achieve improvements in neglected areas.

Keywords: Urban restructuring; Spatial processes; Urban space.

REESTRUCTURACIÓN URBANA: procesos, desafíos y la influencia de los agentes sociales en la configuración del espacio urbano

RESUMEN: La reestructuración urbana implica transformaciones en la organización y en el funcionamiento de las ciudades. En Brasil, esta reestructuración se ha caracterizado por la

¹ Endereço para correspondência: Laboratório de Planejamento Urbano e Regional – LAPUR, Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva – IGESC, Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Santa Mônica, CEP: 38400-902, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

incorporación de una matriz industrial en declive y la implementación de nuevos arreglos tecnológicos. En este contexto, la globalización y el entorno técnico-científico-informacional han redefinido los flujos urbanos, destacando la actuación de diversos agentes en la producción del espacio y, en consecuencia, culminando en una gama de procesos espaciales que se desarrollan y remodelan las áreas urbanas, tales como la segregación socioespacial, la fragmentación, la invasión-sucesión y la inercia. Considerando la importancia de investigar cómo ocurre la reestructuración urbana en el contexto brasileño, se realizó un análisis amplio sobre esta temática. Así, el presente trabajo tuvo como objetivo principal realizar una revisión de estudios producidos por intelectuales relacionados con la temática, buscando interpretar cómo se articulan los procesos espaciales, cómo son fruto de la actuación de los diversos agentes sociales, especialmente del Estado, y cómo la sociedad brasileña, a través de movimientos sociales de lucha urbana, se organiza para ejercer presión social y lograr mejoras en áreas desatendidas.

Palabras clave: Reestructuración urbana; Procesos espaciales; Espacio urbano.

Introdução

A cidade vai além de sua materialidade e da dimensão visível. Ela é dinâmica e está em constante transformação, reordenada e reconstruída conforme os interesses de diversos agentes que interagem entre si. Esses agentes produzem o espaço urbano, criando novas formas, refuncionalizando outras, ou fazendo com que algumas simplesmente deixem de existir. Esse processo é influenciado por mudanças econômicas, avanços tecnológicos, questões ambientais e outros fatores que impactam diretamente as áreas urbanas.

A reestruturação urbana ocorre, pois, de acordo com as relações tecidas pela sociedade, pela influência do capital e, principalmente, pela atuação do Estado ao criar políticas de planejamento urbano que beneficiam umas áreas em detrimento de outras, criando zonas mais dotadas de infraestrutura e serviços públicos, parques, praças, entre outros equipamentos. Nota-se que a cidade é construída e reorganizada conforme a lógica do capital, apresentando características e nuances que refletem a ação dos agentes produtores do espaço, configurando-se de maneira desigual.

Considerando a necessidade de entender a dinâmica urbana e, inclusive, identificar as transformações vivenciadas pelas cidades brasileiras e os processos urbanos que podem vir a se desenvolver, este manuscrito tem como principal objetivo realizar uma revisão de estudos produzidos, sobretudo, por intelectuais da Geografia acerca da temática de reestruturação urbana. Ademais, discute-se como os processos espaciais, ligados à ação dos agentes sociais, influenciam a organização territorial, como a sociedade brasileira se mobiliza frente às desigualdades materializadas no espaço urbano e, por meio da articulação em movimentos sociais de luta urbana, tenta alcançar maior justiça social e a concretização do direito à cidade, do viver com dignidade.

Destaca-se que as reflexões sobre os processos relacionados à reestruturação urbana são desenvolvidas aqui a partir de uma abordagem ampla, que abrange o contexto brasileiro. Ao considerar a realidade brasileira como objeto de estudo, espera-se que este artigo sirva de base para futuros trabalhos que se debrucem sobre essa temática e, principalmente, facilitar a compreensão dos principais agentes e elementos ligados às constantes transformações vivenciadas pelas cidades.

O artigo foi organizado em três partes. Na primeira é mencionado como a reestruturação urbana marca as cidades brasileiras e é reflexo de disputas e estratégias de agentes sociais, provocando transformações que foram e continuam a ser intensificadas pelo processo de globalização. Na segunda parte, são apresentados alguns processos espaciais ligados à organização intraurbana, como a descentralização e inércia, e como refletem a luta de diferentes classes sociais pelo controle e apropriação do espaço urbano, resultando em desigualdades que afetam a mobilidade, o acesso a recursos e a qualidade de vida dos habitantes das cidades. A terceira parte menciona como o Estado desempenha um papel crucial na produção e organização do espaço urbano, influenciando a distribuição de recursos e serviços públicos e, consequentemente, gerando e perpetuando desigualdades socioespaciais.

Além disso, salienta o papel desempenhado pelos movimentos sociais urbanos ao pressionarem os gestores para a concessão de melhorias, especialmente com relação à política habitacional.

No cotidiano a cidade se transforma, é mutável, é o espelho da sociedade, das relações que se constroem, que são engendradas. Como Carlos (2007) elucida, a cidade é um espaço de conflitos constantes e em constante renovação, um local onde se encontram tanto o silêncio quanto os gritos, representando a vida e a morte, os desejos emergentes e as coações. É onde o indivíduo se encontra por se ver nas fachadas e tijolos, ou porque se perde nas formas sempre voláteis, fluidas.

Metodologia

O caminho metodológico pautou-se em revisão bibliográfica com a análise de artigos científicos e livros acerca dos agentes produtores do espaço, produção capitalista das cidades, processos espaciais de organização espacial e reestruturação urbana.

Uma revisão bibliográfica é uma análise abrangente de literatura existente sobre um determinado tema ou área de pesquisa. Esse tipo de revisão tem como objetivo sintetizar, avaliar e discutir as informações publicadas por outros autores, fornecendo uma visão geral do conhecimento atual. Possibilita identificar padrões, tendências, lacunas e controvérsias na pesquisa, além de contextualizar o estudo dentro do panorama científico mais amplo.

De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica utiliza materiais já elaborados, sendo uma de suas principais vantagens a capacidade de permitir ao pesquisador abranger um conjunto mais vasto de fenômenos do que seria possível investigar diretamente. Portanto, para a realização deste estudo, foi fundamental realizar um levantamento cuidadoso de materiais relacionados ao tema estabelecido, além de uma análise crítica dos conceitos primordiais, como reestruturação urbana.

Na seleção dos estudos revisados considerou-se a princípio a relação com o tema e com a questão da pesquisa, a fim de contribuir na fundamentação teórica do trabalho. A qualidade das fontes também foi avaliada. Priorizou-se artigos publicados em periódicos indexados e revisados por pares, com metodologias robustas e bem descritas. Ademais, a utilização de livros elaborados por autores clássicos da Geografia foi fundamental para garantir coerência e consistência ao artigo. Nesse sentido, ainda que seja importante buscar publicações recentes, obras clássicas são cruciais para embasar o campo de estudo. A diversidade de perspectivas também é valiosa, por isso foram incluídas abordagens teóricas de autores de outras áreas, como arquitetura e urbanismo e sociologia.

Entre os autores considerados na realização do estudo, destacam-se Carlos (2017, 2018) Corrêa (1979, 1989), Rolnik (2022) e Sposito (2007, 2017) que abordam a produção desigual do espaço e os agentes envolvidos nesse processo; Beloch, Pereira e Rennó (1976), Cavalcanti e Araújo (2017) discutindo os processos de organização das cidades e, entre outros intelectuais, Fernandes (2021) e Piquet (1993) discutindo a reestruturação urbana e suas implicações.

Salienta-se que o presente artigo servirá como base teórica para a realização de estudos futuros sobre a reestruturação urbana em Uberlândia, cidade em transição para um grande centro urbano localizada no Triângulo Mineiro.

Reestruturação urbana e os novos agentes da produção do espaço

Sposito (2007) se refere à reestruturação urbana como os processos e dinâmicas relacionados aos espaços regionais e às redes urbanas. No que diz respeito à estruturação ou reestruturação da cidade, ela abrange os processos e dinâmicas que acontecem na escala intraurbana. Assim, a reestruturação urbana pode ser interpretada como mudanças

significativas na organização e no funcionamento das cidades, mudanças que podem ser ocasionadas por fatores econômicos, sociais, políticos.

Nos primórdios dos anos 1990, Valladares e Preteceille (1990) abordaram como a mundialização da economia estava incidindo sobre as grandes cidades fazendo com que dessem espaço à atuação de mercados internacionais e a empresas multinacionais. Concomitantemente, as telecomunicações intensificaram as trocas de informações fortalecendo as relações entre países, regiões e cidades. Nesse contexto, uma nova divisão internacional do trabalho provocou a desindustrialização e degradação célere de tradicionais espaços urbanos que sofreram expansão em razão da industrialização.

No âmbito da reestruturação urbana, as cidades reorganizam suas funções econômicas para atender às demandas do mercado global. Isso pode levar à especialização de certas cidades em setores específicos (indústria, serviços, turismo) e à transformação de suas paisagens para acomodar essas funções. Nesse quadro, a reestruturação urbana apresenta-se como parte do impacto das transformações globais e da modernização técnica sobre o espaço urbano; a globalização e o avanço do meio técnico-científico-informacional provocam mudanças estruturais nas cidades, afetando sua organização, funções e dinâmicas sociais, mudanças que estão relacionadas à inserção das cidades em redes globais de fluxos financeiros, tecnológicos e culturais, que alteram profundamente o papel e a estrutura dos espaços urbanos (SANTOS, 1993, 2004).

Conforme Piquet (1993) menciona, diversos processos espaciais caracterizam a reestruturação contemporânea. Entre eles, destacam-se a redistribuição das atividades produtivas, especialmente industriais, a perda de dinamismo demográfico nas regiões metropolitanas e a transformação de áreas que antes expulsavam população em polos de atração. No contexto brasileiro, a autora salienta que a reestruturação dos espaços regionais e urbanos foi influenciada pela incorporação de uma matriz industrial em declínio nos países centrais, o que culminou em mudanças na organização espacial devido à implementação de novos arranjos tecnológicos e institucionais.

Santos (1993) salienta que as tecnologias de comunicação e transporte remodelam o espaço urbano redefinindo sua funcionalidade. Centros urbanos passam a ser integrados a redes globais, enquanto periferias e outras áreas podem ser excluídas ou subordinadas. A configuração territorial revela-se como um produto do sistema de transportes, do sistema de telecomunicações e da produção de energia.

A reestruturação não implica na completa substituição dos processos, formas e lógicas existentes até um certo momento, os quais continuam a existir na cidade. No entanto, tal processo não deve ser visto como meras mudanças superficiais, mas sim como um período em que as transformações predominam sobre as permanências. Essas permanências não desaparecem, mas se tornam menos relevantes (FERREIRA; SILVA, 2022).

As cidades passam por reestruturações significativas em resposta às dinâmicas econômicas, políticas e sociais contemporâneas. O espaço urbano é produzido socialmente, resultado das relações de poder e das disputas entre diferentes grupos sociais, desse modo, a reestruturação urbana reflete as mudanças nas forças que moldam a cidade, como a ação do mercado imobiliário, das políticas públicas e das demandas da população. Segundo uma lógica mercadológica, as cidades passam por intervenções que ignoram dinâmicas locais e os direitos dos moradores.

As transformações urbanas, inerentes ao processo de reestruturação urbana, manifestam-se de forma fragmentada, parcial e frequentemente destrutiva, agravando desigualdades e exclusões. Esse cenário contribui para uma crescente sensação de risco, acompanhada pelo aumento do medo e da violência nos espaços urbanos. No âmbito econômico, essas mudanças são motivadas pela globalização, pela mundialização, pela reestruturação produtiva e pelas dinâmicas especulativas do mercado imobiliário. Sob a perspectiva política, estão profundamente enraizadas na predominância do neoliberalismo e na crise da democracia, que favorecem interesses econômicos em detrimento das necessidades sociais, intensificando os conflitos e as desigualdades no tecido urbano (RIBEIRO, 2005).

Com a reorganização econômica e produtiva, a cidade e o espaço urbano adquirem novos conteúdos e significados. As novas estratégias de localização das empresas redefinem as interações espaciais. Assim, a cidade e a rede urbana passam a ser condicionadas por determinações provindas de diversas escalas e mediadas por agentes sociais, econômicos e políticos. A globalização e a expansão do meio técnico-científico-informacional modificaram os ritmos e direções dos fluxos materiais e imateriais, seguindo lógicas que não se conformam em um padrão hierárquico (FERNANDES, 2021).

O capital busca ajustar o ambiente urbano às suas demandas. Assim, é possível relacionar um conjunto específico de capitais aos quais interessa a produção do espaço urbano posto que, por meio desse, se reproduzem obtendo lucros. Integra esse grupo incorporação imobiliária, capital de construção de edificações, capital de construção de infraestrutura e capital financeiro imobiliário. Sobreleva-se que, os capitais que obtêm vantagens com exploração do espaço urbano atuam em função do seu valor de troca, veem a cidade como uma mercadoria, um produto advindo de determinadas relações de produção. A classe trabalhadora, por sua vez, anseia da cidade o valor de uso, a moradia, serviços públicos que custem menos e que sejam de melhor qualidade (MARICATO, 2015).

Ao analisar a reestruturação urbana em Lisboa, ainda na década de 1990, Salgueiro (1994) reflete como aumentou o número de residências em periferias, o que se liga ao desejo de alguns cidadãos em residir em áreas próximas à natureza, ainda que a destruição dessa estivesse associada justamente à ação antrópica. O surgimento de fábricas em áreas rurais de limites metropolitanos, a criação de parques industriais, a formação de novas centralidades ligadas à atividade comercial e de serviços são outras transformações abordadas. Percebe-se que a realidade descrita pela autora não se difere tanto do cenário encontrado nas cidades brasileiras no mesmo período.

Na atualidade, novos fatores estruturantes do espaço emergem. Em São Paulo se assiste à proliferação das lojas de conveniência da rede mexicana Oxxo, e questiona-se se vão significar o fim dos pequenos mercados e mercearias de bairro. As residências edificadas são cada vez menores e os preços estratosféricos em razão da localização; os prédios de studios² têm sido construídos em localizações privilegiadas, principalmente em entornos de estações de metrô e trem. Destaca-se ainda no cenário paulistano a existência de inúmeros imóveis vazios na área central, o surgimento de ocupações urbanas ligadas a movimentos sociais por habitação e algumas conquistas nesse âmbito, como o antigo Hotel Cambridge transformado em um conjunto habitacional de interesse social.

Nos centros urbanos, as ações de transformação urbana são denominadas de diversas formas e, frequentemente, ocultam conflitos em torno da apropriação do espaço. Nesse âmbito, são empregadas expressões como “revitalização,” “requalificação,” “revalorização” e “refuncionalização,” para justificar intervenções em áreas consideradas degradadas, esvaziadas, desindustrializadas, abandonadas. No contexto do sistema capitalista, essas mudanças tendem a beneficiar grupos privilegiados, resultando em segregação socioespacial que afeta especialmente as populações de menor poder aquisitivo. É importante reconhecer que a transformação urbana não é neutra e tem implicações sociais significativas (ALVES, 2018).

A organização espacial é dinâmica e está em constante transformação. A mudança ocorre em diferentes velocidades e desafia as estruturas sociais e espaciais existentes. Em resposta a essas mudanças, surgem contra projetos que propõem novas estruturas para acomodar relações sociais emergentes. Um exemplo disso é a revitalização de espaços obsoletos, que muitas vezes é promovida como uma estratégia de desenvolvimento urbano, mais uma das estratégias do capital. No entanto, é importante reconhecer que esses espaços não estavam mortos antes da revitalização; eles correntemente abrigavam pessoas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. O termo revitalização pode, portanto, ocultar essa realidade e reforçar uma visão ideológica (SOUZA, 2013).

² São imóveis compactos com cômodos integrados.

Ao discorrer sobre a produção do espaço, Corrêa (2017) enfatiza alguns agentes que atuam nesse processo, como bancos, empresas ligadas ao setor de transportes, empreiteiras, companhias de seguro e, entre outros, destaca a conformação de um espaço vernacular pela ação de pessoas que ocupam terras, formando favelas, ou incrementam loteamentos populares das periferias urbanas construindo suas residências por meio de mutirões³. Nesse processo de produção do espaço vernacular, outros agentes sociais despontam, como aqueles ligados à criminalidade e ao setor informal de imóveis.

O espaço urbano é alvo de disputas constantes. Os diversos agentes produtores da cidade agem conforme seus interesses e, nessa dinâmica modelam o espaço, reestruturando-o. Nessa lógica, destaca-se que a reestruturação urbana pode culminar em processos espaciais que acirram a desigualdade social, uma vez que é reflexo das relações de poder que atuam na cidade, do modo como os diversos sujeitos se apropriam desse espaço. Nessa acepção, os processos espaciais interferem na organização intraurbana, favorecendo a redistribuição de atividades produtivas, influenciam os padrões de uso e ocupação do solo, causam mudanças na distribuição populacional e nas interações sociais e econômicas, como é debatido no próximo tópico.

Os processos espaciais na organização intraurbana

O espaço urbano é constantemente produzido e reproduzido por diversos agentes sociais. Nesse âmbito, processos espaciais se delineiam e moldam a utilização do espaço nas cidades, como a segregação socioespacial que estabelece zonas habitadas por pessoas de diferentes classes sociais e a gentrificação, que transforma bairros desvalorizados em áreas nobres, seja pela alocação de infraestrutura urbana, pela construção de edificações de padrão construtivo mais elevado, o que atrairá uma população mais favorecida economicamente e, essas mudanças na paisagem urbana, consequentemente, aumentam o custo de vida naquela área e culminam na expulsão de moradores antigos que não conseguem mais se sustentar ali. Na dinâmica urbana, os processos socioespaciais estão em constante interação, moldando a forma e a funcionalidade de áreas na cidade ao longo do tempo, criando pontos, refuncionalizando outros.

Acerca da produção capitalista do espaço, Carlos (2018) salienta que essa se realizou sob a proteção da propriedade privada do solo e que a predominância do valor de troca, como uma extensão do universo da mercadoria, revela a competição pelo uso dos espaços urbanos pelas diferentes classes sociais. Isso resulta em conflitos entre indivíduos e usos distintos, pois o processo de reprodução do espaço ocorre em uma sociedade hierarquizada.

Nas grandes cidades brasileiras, a significativa desigualdade social resulta em espaços profundamente desiguais. Essa desigualdade se manifesta não apenas nos equipamentos disponíveis, mas também nas localizações. Na competição pelo controle do tempo de deslocamento, a elite dominante emprega diversos artifícios. O principal aspecto a ser destacado é a segregação. Esse processo é impulsionado a partir da luta pela apropriação diferenciada da localização, considerada como valor de uso do espaço produzido ou construído. As localizações, que são objeto de disputa das diferentes classes sociais, são definidas pelas condições e possibilidades de acesso dos cidadãos aos equipamentos urbanos, do espaço construído. Tais condições e possibilidades, por sua vez, se definem pela organização social e pelos meios de transporte. Nessa acepção, aqueles que podem se locomover facilmente, poderão usufruir mais desses recursos urbanos, poderão viver a cidade (VILLAÇA, 1998).

³A esse processo de construção das residências pelos próprios moradores dá-se o nome de autoconstrução. Para maiores informações acerca desse processo, consultar os trabalhos de Kowarick (1979) e Maricato (1982; 2015). Outros trabalhos que podem ser consultados e que estão disponíveis no YouTube são os documentários “Fim de Semana” e “Loteamento Clandestino”, produzidos, respectivamente, em 1975 e 1978 por Ermínia Maricato e pelo diretor Renato Tapajós.

É importante salientar a relação entre a mobilidade urbana e como as pessoas vivenciam a cidade, de que forma o direito à cidade acontece para os diferentes sujeitos. Aqueles que residem em áreas mais centrais têm acesso a mais opções de lazer, ficam próximos às oportunidades de emprego, enquanto aqueles que residem em áreas mais distantes ficam reféns do transporte público, perdem horas do dia em deslocamento, não acessam equipamentos públicos, o que reforça a lógica de que a cidade, conforme Vainer et al. (2000) apontam, é uma mercadoria constantemente parcelada e vendida.

Para entender a redefinição das cidades e da urbanização, incluindo a expansão das periferias e a criação de novos espaços, o processo de globalização é fundamental, pois ele influencia diretamente a dinâmica econômica, social e cultural das áreas urbanas, promovendo a circulação de capital, pessoas, tecnologias e ideias que moldam o desenvolvimento urbano e transformam a estrutura das cidades em escala global. Dada a complexidade da sociedade urbana, a produção do espaço emerge como um elemento central nas questões contemporâneas. Isso é relevante tanto para o processo de acumulação capitalista e as ações do Estado para criar bases de reprodução, quanto para a (re)produção da vida em espaços-tempo específicos e concretos (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2017).

Numa primeira aproximação, o espaço de uma grande cidade capitalista pode ser interpretado como um conjunto de usos da terra justapostos. Assim, esses usos definem áreas como locais destinados à atividade comercial, indústrias, residências e até mesmo para futura expansão urbana. Essa organização espacial indica a existência de formas espaciais que são a materialização de funções ligadas aos agentes sociais produtores do espaço. A complexidade da ação dos agentes sociais envolve práticas que resultam em um contínuo processo de reorganização espacial. Isso ocorre através da incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas regiões e renovação urbana, entre outras mudanças. Cada transformação no espaço urbano revela que ele permanece simultaneamente fragmentado e articulado, sendo tanto reflexo quanto condicionante social, mesmo que as formas espaciais e suas funções tenham se alterado (CORRÊA, 1989).

Ao abordar a desindustrialização de cidades no estado de São Paulo, Padua (2018) reflete sobre a coexistência entre o antigo e o novo na paisagem. Casas pequenas, bares antigos, convivendo com novos empreendimentos residenciais concluídos ou em construção. Concomitante à transformação das formas espaciais, nota-se a transformação das práticas cotidianas que vão sendo destituídas, em especial, dos moradores tradicionais. Nesse sentido, salienta-se que as estratégias adotadas pelo poder público e articuladas aos interesses dos setores privados configuram o espaço para que esse seja produtivo economicamente, acirrando processos como a fragmentação e a segregação.

As políticas de intervenções públicas priorizam operações urbanas e a requalificação de áreas, especialmente centrais, por meio de parcerias entre a prefeitura e o setor privado. Essas transformações muitas vezes resultam na expulsão dos residentes e na criação de um padrão estético homogêneo, com prédios repletos de vidro simbolizando a modernidade em edifícios residenciais ou de serviços. Esse processo é impulsionado por promotores imobiliários e estratégias do sistema financeiro, reorganiza o espaço urbano em fragmentos vendidos e comprados no mercado e a infraestrutura necessária ao desenvolvimento de atividades específicas é instalada para garantir a maximização do lucro (CARLOS, 2017).

Sobre os agentes produtores do espaço, Corrêa (1989) destaca que suas ações são impulsionadas pela dinâmica de acumulação de capital, pelas necessidades em constante mudança de reprodução das relações de produção e pelos conflitos de classe que emergem desse processo. Dessa forma, os agentes que constroem e reconstruem a cidade são organizados em cinco categorias: os proprietários dos meios de produção, com destaque para os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos.

O processo de produção da cidade e a construção do seu imaginário de futuro estão em constante disputa. Esta disputa ocorre tanto pelo controle e definição do espaço presente quanto pela construção das perspectivas e visões de futuro. Assim, a cidade se torna um campo

de batalhas sociais e políticas, onde diferentes grupos lutam pelo direito à cidade, influenciando e sendo influenciados pelas dinâmicas de poder e resistência que configuram o espaço urbano (ROLNIK, 2022).

A disposição espacial de uma cidade é influenciada por vários fatores, especialmente os processos sociais que determinam a ocupação do solo e a distribuição das funções urbanas. A estrutura espacial atual impacta fortemente o desenvolvimento futuro, assim como as decisões de hoje são condicionadas por escolhas passadas e limitarão as ações futuras. Compreender os fenômenos que influenciam a organização urbana é preponderante tanto para desenvolver teorias urbanas quanto para nortear o planejamento urbano (BELOCH; PEREIRA; RENNO, 1976).

Entre os processos sociais e a organização espacial, existe um elemento mediador que permite aos primeiros moldar a forma, o movimento e o conteúdo do espaço. Esse elemento é constituído por um conjunto de forças que atuam ao longo do tempo, permitindo localizações, relocalizações e a permanência de atividades e populações no espaço urbano. Os processos espaciais estão ligados aos agentes que moldam a organização do espaço, cada um com sua própria estratégia. Destacam-se entre esses processos espaciais a centralização, descentralização, segregação, fragmentação socioespacial, invasão-sucessão e inércia (CORRÊA, 1979).

A centralização apresenta-se como um processo em que, para satisfazerem algumas necessidades específicas, como trabalho e atividades econômicas, as pessoas precisam se dirigir a determinados locais. Assim, atividades culturais, administrativas, ligadas à educação concentram-se em áreas centrais, normalmente marcadas pelo intenso uso do solo, elevado contingente de veículos e, consequentemente, a existência de uma infraestrutura de estacionamentos para atender a essa demanda.

Corrêa (1979) aborda que um traço notável na metrópole moderna é a existência de uma área em que estão localizadas as principais atividades de comércio e de serviços, além de terminais de transporte. A esse espaço é dada a denominação de Área Central, oriunda do processo de centralização e que, pela lógica do capital, revela-se como uma localização excelente para algumas atividades favorecendo a potencialização de lucros.

No que tange à descentralização, essa consiste num movimento inverso à centralização em que atividades anteriormente situadas em áreas centrais migram-se para as periferias. Assim, há a formação de novas centralidades que oferecem atividades essenciais como educação, saúde, comércio e serviços.

No que diz respeito à segregação socioespacial, Cavalcanti e Araújo (2017) destacam que esse processo está intimamente ligado às ações dos agentes produtores do espaço, que continuamente promovem a formação de áreas caracterizadas pelo acesso desigual a direitos e oportunidades. Nesse sentido, as contradições intrínsecas à produção da cidade e as diferenças espaciais que se reproduzem numa sociedade hierarquizada em classes materializam-se no espaço urbano.

De acordo com Corrêa (1979), as áreas segregadas tendem a exibir estruturas sociais caracterizadas pela uniformidade da população em termos de renda, status ocupacional, nível de instrução e etnia. Isso permite identificar diferentes tipos de áreas na cidade, como bairros operários, bairros de classe média com apartamentos, conjuntos habitacionais e favelas, entre outros.

Serpa (2017) analisa como a segregação também ocorre nos espaços públicos urbanos, como parques, destacando que esses espaços são consumidos e utilizados para lazer por grupos e indivíduos específicos que se apropriam deles de forma territorializada. O espaço público, assim, revela as desigualdades presentes na cidade contemporânea, mostrando que a coexistência de diferentes grupos ocorre apenas no contexto da desigualdade. Essa dinâmica evidencia a disparidade entre diversos grupos sociais e classes.

As estratégias de classe geram diversas formas de segregação na cidade, afetando especialmente diferentes estratos de renda. Esse processo implica a negação da cidade, transformando a segregação socioespacial em um mecanismo crucial para a reprodução das

relações capitalistas. Economicamente, expulsa aqueles que são considerados empecilho à homogeneização do espaço; politicamente, fragmenta para dominar, impedindo a politização e a sociabilidade; socialmente, empobrece a vida material e imaterial dos habitantes, integrando-os precariamente e impondo uma sociabilidade baseada na propriedade privada e no consumo (RIBEIRO, 2018).

Outro processo a ser mencionado é a fragmentação socioespacial. Num primeiro momento, uma parcela da população com maior poder aquisitivo optava por residir em áreas centrais em razão da proximidade com estabelecimentos comerciais e de serviços, além de serem mais bem equipadas com meios de consumo coletivo. Assim essas áreas apresentavam valor do solo mais elevado em razão dessas vantagens que até então eram consideradas. No entanto, nota-se na atualidade um movimento contrário em que pessoas com maior poder aquisitivo optam por residir em condomínios em áreas mais afastadas a fim de obterem maior tranquilidade e proximidade com a natureza. Em suma, a fragmentação socioespacial reflete novas dinâmicas territoriais, principalmente caracterizadas pela segregação socioespacial e pelas práticas espaciais emergentes que evidenciam a segmentação no consumo do espaço urbano (DAL POZZO, 2015).

A criação de loteamentos urbanos por meio do parcelamento de terras rurais em áreas mais distantes historicamente resultou na marginalização das populações mais pobres para a periferia. Hoje, no entanto, é possível observar uma convivência de ricos e pobres nessas novas áreas urbanas. A coexistência só é possível devido à presença de muros e sistemas de controle de acesso a espaços privados residenciais, industriais, comerciais e de serviços (como shoppings e centros empresariais). Esse cenário acentua as desigualdades e impede a interação entre diferentes grupos, justificando o uso do conceito de fragmentação socioespacial. (SPOSITO, 2017).

A invasão-sucessão é um processo caracterizado pela substituição de um grupo social ou atividade econômica por outro, frequentemente em resposta a mudanças socioeconômicas, demográficas e de infraestrutura. Assim, gradualmente uma população de determinado nível socioeconômico é substituída por outra de classe social diferente em determinadas pontos da cidade. Tal fenômeno é comum em áreas urbanas onde mudanças no uso do solo e na infraestrutura atraem novos moradores, resultando em uma transformação socioespacial.

No espaço urbano, alguns bairros são inicialmente habitados por uma classe social específica, mas acabam sendo ocupados por pessoas de outra classe social ao longo do tempo. Este novo grupo que se estabelece na área difere dos moradores originais em termos econômicos, sociais e culturais. A principal consequência dessa mudança é a desintegração da composição populacional ou do uso do solo na região, resultando em um processo de sucessão. Enquanto novos bairros surgem nos subúrbios ou em áreas de lazer da cidade, regiões antes ocupadas pela população de alta renda agora atraem indivíduos interessados nas vantagens locacionais ou no prestígio da área. (BELOCH; PEREIRA; RENNÓ, 1976; CORRÊA, 1979).

Por fim, à tendência de certos padrões se manterem ou evoluírem de forma estável ao longo do tempo, ainda que haja mudanças econômicas, sociais, é dado o nome de inércia. Certos usos da terra mantém-se em determinados locais ainda que as causas associadas à sua localização tenham cessado a atuação (CORRÊA, 1989).

Ao analisar os diversos processos que modelam e remodelam o espaço urbano, que alteram a dinâmicas das cidades, percebe-se que esses se relacionam e têm sua origem nas diferentes formas de apropriação do espaço pelos diferentes agentes sociais. Nesse contexto, o espaço urbano é reordenado a partir de processos que revelam como esse é um reflexo das relações de produção capitalista, é produto das diversas relações da sociedade e profundamente marcado pela desigualdade.

Na reestruturação urbana, os conceitos de centralização, descentralização, segregação, fragmentação socioespacial, invasão-sucessão e inércia estão interligados, configurando dinâmicas que moldam o espaço urbano de forma desigual. A centralização concentra atividades e infraestrutura em áreas específicas, enquanto a descentralização redistribui essas funções, criando novos polos urbanos, muitas vezes elitizados, que aprofundam a segregação

socioespacial. Esse processo fragmenta o espaço urbano, isolando populações vulneráveis em periferias com acesso limitado a serviços e oportunidades. A invasão-sucessão, por sua vez, reflete a disputa por áreas urbanas, com populações de baixa renda ocupando espaços abandonados que, mais tarde, podem ser retomados por elites via gentrificação. Já a inércia urbana representa a resistência de estruturas consolidadas a mudanças, perpetuando desigualdades e dificultando transformações inclusivas. Assim, essas forças se entrelaçam, alimentando e reforçando as contradições do desenvolvimento urbano contemporâneo.

A influência do Estado na produção do espaço urbano: configuração urbana, mobilização popular e disputa territorial

O Estado capitalista possui um papel multifacetado no que tange à produção do espaço urbano. Detém o controle dos fundos públicos destinados a investimentos e é responsável pela regulamentação e supervisão do uso e ocupação do solo, conforme planos e leis aprovados pelos parlamentos. Como principal mediador na distribuição de lucros, juros, rendas e salários, o Estado desempenha um papel crucial. Isso gera uma intensa disputa pela apropriação dos recursos públicos, fundamental tanto para a reprodução da força de trabalho quanto do capital. Um exemplo significativo desse conflito é a escolha entre investimentos em infraestrutura para automóveis e investimentos em transporte coletivo (CORRÉA, 2017; MARICATO, 2015).

O Estado com a sua não neutralidade, aloca de forma diferenciada os equipamentos de consumo coletivo e corrobora para a conformação de áreas desiguais nas cidades. Nesse âmbito, algumas áreas são melhor atendidas com infraestrutura de saneamento básico, áreas verdes, pavimentação, em detrimento de outras situadas distantes dos locais de oferta de emprego e serviços, gerando problemas de mobilidade urbana para os cidadãos que enfrentam longos deslocamentos e tarifas altas no transporte público. Ademais, é fundamental acentuar que a presença ou não de equipamentos urbanos tem influência direta no valor do solo, das habitações na cidade.

Desde meados da década de 1970, o Movimento de Reforma Urbana vinha desenvolvendo propostas voltadas para o desenvolvimento urbano, com o objetivo de combater a especulação imobiliária e melhorar as condições de vida nas cidades. Essas propostas incluíam a responsabilidade do Estado em garantir os direitos urbanos, a função social da propriedade da terra, o direito à cidade por meio da adoção de políticas redistributivas e a gestão democrática (ABREU, 2015).

No período de redemocratização, na década de 1980, concomitante à queda da economia, movimentos sociais lutaram contra o governo ditatorial e se articularam em prol de mudanças políticas. Nesse contexto que o Movimento Social pela Reforma Urbana retomou propostas elaboradas ainda na década de 1960 e, por sua atuação, foram eleitos prefeitos, vereadores, deputados, políticos que buscaram implementar novas agendas mais inclusivas e participativas. Ressalta-se que esse movimento pela Reforma Urbana alcançou avanços significativos para a política urbana brasileira, como um conjunto de leis, partindo da Constituição Federal Brasileira de 1988 com os artigos 182 e 183 regulamentados pelo Estatuto da Cidade em 2001 e, entre outros, a criação de secretarias nacionais de habitação, mobilidade urbana e saneamento ambiental (MARICATO, 2015).

Uma forma utilizada pelas camadas populares na atualidade para reivindicar melhorias por parte do Estado advém da mobilização, seja por meio de associações de bairro, movimentos sociais, parcerias com ONGs, instituições universitárias, entre outras estratégias. No entanto, destaca-se que o setor imobiliário segue com as táticas de especulação mantendo áreas vazias em pontos bem localizados, aguardando a valorização do mercado. Dessa forma, as áreas mais longínquas com pouca ou nenhuma infraestrutura continuam a ser a única alternativa de habitação para os mais pobres.

A análise acerca da ação do Estado na produção do espaço urbano perpassa, principalmente, a questão da moradia, da habitação. Em um processo de dispersão urbana

cada vez mais característico das cidades brasileiras, o tecido urbano se expande e tem ligação direta com os processos de fragmentação urbana, segregação socioespacial e periferização das populações; uma realidade que acirra históricas carências de infraestrutura, serviços e habitações nas cidades brasileiras. Nesse âmbito, a vida cotidiana dos mais pobres é atravessada pelas longas distâncias, pela ausência ou deficiência de serviços básicos, pelo residir em habitações precárias (PEREIRA; MARCHI, 2018). Como afirmava Singer (1982, p. 33), “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres”.

Atentando-se para a questão da habitação, Kowarick (1979) aponta que tal problema liga-se diretamente ao fornecimento de bens de consumo coletivo. À problemática da habitação urbana está atrelada a questão da terra, cuja adequação associa-se à existência de infraestrutura de serviços. À vista disso, os investimentos públicos despontam como elemento determinante no preço final das moradias, condicionando a localização de diversas classes sociais, principalmente nas metrópoles brasileiras. Nota-se que o contexto analisado por Kowarick enquadra-se no final da década de 1970. Hoje, as cidades brasileiras apresentam populações maiores e a dinâmica urbana é muito mais intensa, consequentemente, as desigualdades também se acentuaram dessa época até a atualidade.

O acesso a serviços urbanos é desigual e favorece certas áreas, especialmente quando a oferta é limitada. Nesse sentido, em muitas cidades o rápido crescimento populacional agrava essa desigualdade, valorizando ainda mais as áreas com boa infraestrutura e o mercado imobiliário, por sua vez, faz com que tais áreas sejam ocupadas por pessoas com maior renda, que podem pagar preços altos para morar ali. No que concerne à população de baixa renda, habita em áreas longínquas com infraestrutura inferior e mais barata. O Estado apresenta-se como o responsável por fornecer muitos desses serviços, influencia a demanda e o preço do solo urbano e, nesse contexto, especuladores aproveitam as mudanças de preço causadas pelo Estado ao prever onde os serviços serão expandidos, embora essa antecipação nem sempre seja possível e a competição possa aumentar os preços antes das melhorias (SINGER, 1982).

A criação de políticas públicas para a produção e acesso a habitações populares, como o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), foi um diferencial na vida de milhares de brasileiros, pela primeira vez o governo federal destinou subsídio significativo para que a população de baixa renda integrasse a produção habitacional. No entanto, destaca-se que, ao focar na construção de novas casas desconsiderando o espaço urbano em sua totalidade, o MCMV retomou uma visão empresarial da política habitacional e os subsídios contribuíram para o aumento no preço da terra, seguindo a mesma lógica do mercado imobiliário privado (MARICATO, 2015).

Apreende-se pela discussão aqui apresentada que o Estado, em articulação com outros agentes, principalmente o setor imobiliário, tem a capacidade de decidir como a cidade se organiza, para onde se expande e que sujeito ocupa cada área. Nessa dinâmica, a atuação da sociedade civil, desde o período ditatorial, apresenta-se como a força motriz capaz de provocar avanços, ainda que irrisórios e que vão de encontro à ideia de justiça social, que conduzam a algumas melhorias que impactem positivamente a vida das camadas populares. A voz do povo é potente e, na luta pelo habitar, pelo viver a cidade, é a única capaz de cobrar um posicionamento mais favorável do Estado, um olhar mais atento para os que sofrem há tempos com as desigualdades inerentes ao espaço urbano produzido e constantemente remodelado pela/ para a lógica do capital.

Considerações Finais

Estudar a cidade é sempre um desafio, posto que há uma diversidade de abordagens, de perspectivas a serem consideradas. Nesse artigo, optou-se por analisar a cidade em sua metamorfose, nas transformações constantes que sofre e, especialmente, os agentes e processos associados a essas mudanças.

Ao passo em que as relações na sociedade são movidas por interesses distintos, a apropriação do espaço urbano se dá também de forma diversa pelos agentes sociais. Nesse sentido, as práticas espaciais dos promotores imobiliários não são as mesmas da classe trabalhadora e, da mesma forma, a ação do Estado ao adotar políticas de planejamento que beneficiam umas áreas mais que outras.

A terra urbana é uma mercadoria parcelada e vendida a preços variados. Se há mais equipamentos urbanos numa área, essa é mais valorizada de acordo com a lógica do capital; em contrapartida, áreas mais distantes dos centros urbanos, terrenos nas periferias, tendem a ser mais baratos e, em razão disso, são locais habitados por aqueles com menor poder aquisitivo, que gastam horas do dia no deslocamento de casa para o trabalho, que nos primórdios da urbanização das metrópoles brasileiras edificaram suas casas por meio de mutirões. Uma população que vê cotidianamente os seus direitos serem espoliados, para quem o viver a cidade se apresenta como uma realidade distante, o direito à cidade é negado diariamente.

Além de estudos de geógrafos, investigações de intelectuais de outras áreas subsidiaram a realização desse trabalho, como as considerações das arquitetas e urbanistas Ermínia Maricato e Raquel Rolnik. Maricato (2015), em suas análises sobre o urbano, particularmente a cidade de São Paulo, trouxe elementos acerca de como a cidade se expandiu a partir do processo de autoconstrução, do setor informal de produção de imóveis e comércio de loteamentos clandestinos. Avalia os efeitos de programas sociais de habitação ao longo dos anos, como a luta de classes ocorre nas áreas urbanas e que, nessa disputa, ou se remunera os capitais ou investe na reprodução do trabalhador com políticas voltadas para o transporte, educação, saúde, moradia, entre outros setores. Segundo nessa mesma vertente, Rolnik (2021) aborda o planejamento urbano desigual e como marcos regulatórios, como os Planos Diretores Municipais, muitas vezes são usados para favorecer a atuação do setor privado em prejuízo à ação do poder público.

Ademais, em meio à desigualdade a partir da qual a cidade é produzida, os movimentos sociais ligados à questão da moradia despontam como fortes atores de pressão social. Assim, em diversas cidades brasileiras as ocupações urbanas, as manifestações de rua são algumas estratégias populares que marcam os cenários urbanos e que, apesar da difícil negociação com o Estado, obtêm algumas vitórias. Por seus próprios meios, aqueles que mais sofrem com a questão urbana, que é estrutural no Brasil, se organizam, reivindicam o direito à cidade, à moradia digna, a atenção de um Estado tantas vezes omisso, parcial, pelo fato de entenderem que, é preciso algo mais que distribuição de renda para comprar uma televisão, eletrodomésticos melhores, um carro ou moto.

Agradecimentos

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

- ABREU, A. C. Disputa de projeto: a reforma urbana e os movimentos sociais. **SER Social**, v. 17, n. 36, p. 124-124, 2015.
- ALVES, G. Transformações e resistências nos centros urbanos. In.: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2018.

BELOCH, E. G.; PEREIRA, M. C. L. V.; RENNÓ, N. T. P. Os processos de organização espacial da cidade: aplicação de conceitos teóricos à área central do Rio de Janeiro. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 34, n. 249, 1976.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. A reprodução do espaço urbano como condição da acumulação – Cotidiano, privação e insurgências. In.: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

_____. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In.: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2018.

CAVALCANTI, L. S.; ARAUJO, M. V. P. Segregação socioespacial no ensino de Geografia: um conceito em foco. **Acta Geográfica**, p. 140-159, 2017.

CORRÊA, R. L. Processos espaciais e a cidade. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 100-110, 1979.

_____. **O espaço urbano**. Ática, 1989.

_____. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In.: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2017.

DAL POZZO, C. F. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas**: os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 400 f., 2015.

EMPLASA. **Fim de Semana (1975)**. YouTube, 28 nov. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-L1CVRw14Jo&t=55s>>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FERNANDES, J. S. Cidades médias e reestruturação urbana no Nordeste brasileiro. **Terra Livre**, v. 2, n. 57, p. 526-552, 2021. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2263>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

FERREIRA, J. V. S.; SILVA, A. M. Transformações no tempo e no espaço: análise da produção e reestruturação do espaço urbano de Presidente Prudente a partir do Grupo Damha. **GeoTextos**, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/49719>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas SA, 2002.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
PADUA, R. F. Espaços de desindustrialização na urbanização contemporânea da metrópole. In.: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2018.

PEREIRA, E. M.; MARCHI, M. A política habitacional e as disputas urbanas: uma análise sobre o programa Minha Casa Minha Vida e suas repercussões socioespaciais na área conurbada de Florianópolis. In.: OLIVEIRA, M. P.; MARTINS, F. E. S.; GIANNELLA, L. C. **Dominação e apropriação na luta por espaço urbano**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

PIQUET, R. P. S. **Reestruturação do espaço regional e urbano no Brasil**: o poder do Estado e dos grandes investimentos. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.

RIBEIRO, F. V. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. In.: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2018.

RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, v. 18, n. 45, p. 411-422, 2005.

ROLNIK, R. **São Paulo**: o planejamento da desigualdade. São Paulo: Fósforo, 2022.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

SERPA, A. Espaços públicos, segregação e intervenções no espaço: aprofundamento e aceleração de processos e tendências. In.: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In.: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982.

SPOSITO, M. E. B. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona, v 11, n. 245, 1 de agosto de 2007. p.741-798. Disponível em:<<https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24511.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In.: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2017.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

VAINER, C. et al. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**, v. 3, p. 75-103, 2000.

VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. **Reestruturação urbana**: tendências e desafios. São Paulo: Nobel, 1990.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, 1998.

Recebido em: 18/10/2024.
Aprovado para publicação em: 30/12/2024.